



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS - SEOSP/RO
TELEFONE: (69) 3212-8107
AVENIDA FARQUAR - ESPLANADA DAS SECRETARIAS, BAIRRO: PEDRINHAS
PORTO VELHO - RO - CEP: 76.801-470
CNPJ: 37.621.806.0001 - 07



RESP.TÉCNICO - ORÇAMENTO

JOSIANE BEATRIZ FAUSTINO- CREA 47100-D/MG
PÂMELA NATACHA XIMENES RIOS - CREA 5435 D/RO (ART: 8500327184)

TABELAS REFERÊNCIAS

SINAPI - 08/2024 - Rondônia
SBC - 08/2024 - RO SICRO3 - 04/2024 - RO
ORSE - 06/2024 - Sergipe SEINFRA - 028 - Cx
PRÓPRIA

ÁREA (m²): 3.599,72

DADOS CADASTRAIS

OBJETO: EXECUÇÃO DA 1ª FASE DA REFORMA E AMPLIAÇÃO DO ESTÁDIO ALUÍZIO FERREIRA, NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO-RO
ENDEREÇO: AV. FARQUA Nº 2151 BAIRRO PANAIR CEP 76801-429
DATA: ago/24

BDI GERAL: 22,88%
BDI DIFERENCIADO: 14,02%

COMPOSIÇÃO DE BDI GERAL									
Conforme legislação tributária municipal, definir estimativa de percentual da base de cálculo para o ISS:								50,00%	
Sobre a base de cálculo, definir a respectiva alíquota do ISS (entre 2% e 5%):								5,00%	
CUSTO TOTAL DO SERVIÇO (R\$):								R\$	20.900.939,17
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R\$)	TAXA (%)	OBSERVAÇÃO	SITUAÇÃO DO INTERVALO ADMISSÍVEL	PARCELAS DO BDI (%)			
						1 Quartil	Médio	3 Quartil	
1	AC - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	R\$ -	4,00%		OK	3%	4%	5,50%	
2	SG - SEGUROS E GARANTIA	R\$ -	0,80%		OK	0,80%	0,80%	1,00%	
3	R - RISCOS	R\$ -	1,27%		OK	0,97%	1,27%	1,27%	
4	DF - DESPESAS FINANCEIRAS	R\$ -	1,23%		OK	0,59%	1,23%	1,39%	
5	L - LUCRO BRUTO	R\$ -	7,40%		OK	6,16%	7,40%	8,96%	
6	I - IMPOSTOS	R\$ -	6,15%						
6.1	PIS		0,65%						
6.2	COFINS		3,00%						
6.3	ISS (CONFORME LEGISLAÇÃO MUNICIPAL)		2,50%						
6.4	CONTRIB.PREV. SOBRE REC. BRUTA - CPRB		0,00%						
TOTAL DO BDI (R\$)		R\$ 4.403.202,68				Equação Acórdão TCU 2.622/2013 - Plenário			
PREÇO DE VENDA (R\$)		R\$ 25.304.141,85				Parâmetros do Acórdão 2.622/2013 - Plenário			
BDI (%)			22,88%	DIFERE	Com CPRB	26,01%	27,87%	30,89%	

Onde:

AC: taxa de administração central;
SG: taxa de garantias e taxa de seguros;
R: taxa de riscos;
DF: taxa de despesas financeiras;
L: taxa de lucro/remuneração;
I: taxa de incidência de impostos (PIS, COFINS, ISS, CPRB).

Declaro para os devidos fins que, conforme legislação tributária municipal, a base de cálculo deste tipo de obra corresponde à 50%, com a respectiva alíquota de 5%.

Declaro para os devidos fins que o regime de Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta adotado para elaboração do orçamento foi COM Desoneração, e que esta é a alternativa mais adequada para a Administração Pública.

A * EVOLUÇÃO DA LEGISLAÇÃO DE TRIBUTAÇÃO EM PORTO VELHO/RO

ISSQN INFORMADO PELA LEI DE CADA MUNICÍPIO

LEI COMPLEMENTAR Nº 199, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2004.

DISPÕE SOBRE O CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL DE PORTO VELHO E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI COMPLEMENTAR Nº 369, DE 22/12/2009

"Dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), disciplina as relações tributárias fisco-contribuinte, substitui e revoga o Título V, da Lei Complementar nº 199, de 21 de dezembro de 2004, e dá outras providências."

LEI COMPLEMENTAR Nº 400, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2010.

"ALTERA E REVOGA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 369, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 100, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2004, E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Decreto Nº 12462 DE 09/12/2011

Regulamenta a Lei Complementar nº 369, de 22 de dezembro de 2009, que trata do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), e dá outras providências.

LEI COMPLEMENTAR Nº 515, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2013.

ALTERA E ACRESCENTA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 369, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009, QUE DISPÕE SOBRE O IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA (ISSQN), DISCIPLINA AS RELAÇÕES TRIBUTÁRIAS FISCO-CONTRIBUENTE, SUBSTITUI E REVOGA O TÍTULO V, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 100, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2004, E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

7.02 - Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).

7.04 - Demolição.

7.05 - Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).

Nova Redação dada pela LC nº. 676, de 29 de setembro de 2017

LEI COMPLEMENTAR Nº 878 DE 17/12/2021

Publicado no DOM - Porto Velho em 24 dez 2021

Art. 252. Na prestação dos serviços a que se referem os subitens 7.02 e 7.05 da Lista de Serviços, a base de cálculo do ISSQN incidente será o preço do serviço nos termos definidos neste artigo.
§ 1º Sobre o preço do serviço de que trata o caput deste artigo, será permitida a dedução do valor correspondente aos materiais incorporados à obra, quando fornecidos pelo prestador do serviço:

I - no percentual fixo de 50% (cinquenta por cento) da base de cálculo, a título de desconto simplificado; ou

II - em percentual superior ao previsto no inciso I deste parágrafo, quando requerido previamente pelo contribuinte, desde que a dedução seja autorizada pela Administração Tributária Municipal e devidamente comprovada por meio de

Art. 273. As alíquotas aplicáveis às Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), optantes pelo Simples Nacional, sujeitas ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), estão previstas conforme a faixa de

De acordo com o acima exposto adotando-se a dedução de 50% (...) teremos a alíquota de 5% (...) incidindo nos 50% (...) finais, ou seja, teremos uma taxa de 50% * 5% = 2,5% sobre o valor total contratado, desta forma devendo ser apropriado no BDI para Porto Velho o ISSQN com uma taxa de 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por centos).

B Acórdão Nº 2622/2013 – TCU – Plenário

9.3.2.5. prever, nos editais de licitação, a exigência para que as empresas licitantes optantes pelo Simples Nacional apresentem os percentuais de ISS, PIS e COFINS discriminados na composição do BDI que sejam compatíveis com as alíquotas a que a empresa está obrigada a recolher, previstas no Anexo IV da Lei Complementar n. 123/2006, bem como que a composição de encargos sociais não inclua os gastos relativos às contribuições que essas empresas estão dispensadas de recolhimento (Sesi, Senai, Sobrae etc.), conforme dispõe o art. 13, § 3º, da referida Lei Complementar;

C Tributação

Mesmo depois do contrato recomenda-se que a Administração observe se a contrata obtve alguma vantagem na tributação do ISSQN.
Em virtude da forma de recolhimento da contratada.

D Acórdão 1.551/2008- Plenário e/ Acórdão 1804/2012-Plenário.

A desclassificação de proposta de licitante que contenha taxa de BDI acima de limites considerados adequados pelo TCU só deve ocorrer quando o preço global ofertado também se revelar excessiva, dado que a majoração do BDI pode ser compensada por subavaliação de custos de serviços e produtos. [TC-007.626/2012-6, rel. Min Marcos Berquener Costa, 11.7.2012]

JOSIANE BEATRIZ FAUSTINO
ENGENHEIRA CIVIL CREA 47100 D/MG

Documento assinado digitalmente



JOSIANE BEATRIZ FAUSTINO
Data: 07/04/2025 09:18:36-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>